

# economia

## Entidades cobram ampliação de auxílio à folha

Líderes setoriais do RS estiveram reunidos com o ministro do Trabalho discutindo a portaria que será publicada hoje

/ CLIMA

Caren Mello, especial para o JC  
caren.mello@jcrs.com.br

Depois de receber críticas de sindicatos e entidades patronais e de comerciários, o programa do governo federal de auxílio às empresas, anunciado na quinta-feira voltou a receber desaprovação de novas entidades nesta sexta-feira.

A Medida Provisória 1230/2024 foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira, detalhando a ajuda de um salário-mínimo por dois meses para repor parte dos vencimentos dos funcionários, que passam a ter quatro meses de estabilidade.

De acordo com números da Secretaria Extraordinária da Reconstrução do RS, são 434 mil trabalhadores registrados em empresas diretamente atingidas pelas águas. A previsão de investimento nessa ação é de quase R\$ 1,5 bilhão, a fundo perdido, oriundos do Tesouro Nacional.

A medida ainda precisaria de melhorias em seu desenho e

na sua abrangência, conforme avaliou o presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn. “Limitar às empresas localizadas em área de alagamento é um erro que ignora os impactos sistêmicos das enchentes”, observou.

O dirigente alerta para o fato de que existem inúmeras empresas com receitas severamente prejudicadas por impactos derivados das enchentes, sem necessariamente terem sido alagadas. Segundo um levantamento realizado pelo Sebrae-RS, os pequenos empreendimentos tiveram prejuízo de até R\$ 50 mil com as enchentes.

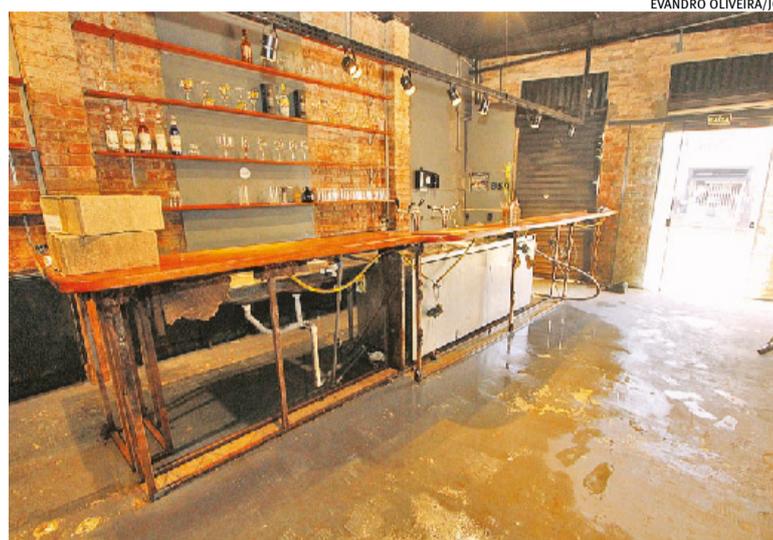
“Além disso, o período de início do benefício, apenas em julho, é muito tardio. As empresas estão em emergência”, disse Bohn, para quem o prazo de vigência de apenas dois meses é insuficiente, diante do tamanho das perdas sofridas.

Na tarde desta sexta-feira, entidades estiveram reunidas com o ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Marinho, discutindo a MP e a Portaria que será publicada hoje, com as informações de cadastro. De

acordo com a pasta, o texto irá informar a forma de cadastramento, via portal eSocial, das empresas incluídas na mancha das enchentes, o que alcança 418 municípios.

Questionado sobre a possibilidade de pagamento imediato, Marinho falou da impossibilidade, uma vez que é necessária a adesão das empresas que, por outro lado, devem garantir outros dois meses para o funcionário.

O ministro também informou que os recursos serão liberados via Caixa, com a garantia de recebimento mesmo para o trabalhador negativado. Ele se ressaltou que está é a primeira medida na área, e que está aberto ao diálogo. A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) emitiu nota oficial sobre a MP 1230/24. “Embora represente um avanço importante, ainda é insuficiente para enfrentar a gravidade da crise que assola o Rio Grande do Sul. O valor estipulado é muito baixo, comparado à média salarial do RS”, diz a nota. A CTB reivindica um mínimo de R\$ 2.000,00, por



Apoio ainda não atende necessidades diante da gravidade da crise

três ou quatro meses. As medidas também frustraram a Federasul. O vice-presidente Jurídico da entidade, Milton Terra Machado, revelou esperar mais do governo federal.

“Foi um avanço, mas muito tímido. O governo federal anunciou uma disponibilização de R\$ 62 bilhões para o Rio Grande do Sul. Não é verdade. A imensa maioria desses recursos são empréstimo ou valores já pertencem aos gaúchos”, criticou o

advogado, ao defender recursos a fundo perdido.

Para o representante da Federasul, o País deveria fazer valer o sistema federativo, em que os estados mais ricos auxiliam aqueles em dificuldade. “O Rio Grande do Sul envia mais de R\$ 100 bilhões ao ano para União, sendo que voltam cerca de R\$ 26 bilhões. Mandamos para diversos estados, agora estamos pobres, é a nossa vez de sermos ajudados”, concluiu o dirigente.

## Fiergs apresenta hoje pleitos para a reconstrução do Rio Grande do Sul

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) informou que fará uma avaliação das medidas anunciadas nesta segunda-feira, quanto

apresentará as propostas para a reconstrução do RS. O documento Pleitos da Indústria Gaúcha para a Reconstrução do Rio Grande do Sul será divulgado

em reunião-almoço, às 12h, com a presença do presidente da Federação, Gilberto Porcello Petry, integrantes da diretoria da entidade, senadores, deputados fede-

rais, deputados estaduais e presidentes de Sindicatos Industriais. O evento ocorrerá na sede da Associação Leopoldina Juvenil, em Porto Alegre.

Durante o almoço na Associação Leopoldina Juvenil será apresentado o presidente eleito da Fiergs, Claudio Affonso Amoretti Bier, e sua diretoria.

## Centrais defendem maior abrangência das medidas aos mais afetados pelas cheias

Patrícia Comunello

patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

O programa do governo federal para manter empregos e evitar demissões no Rio Grande do Sul, que já são ventiladas por setores como varejo devido a impactos das inundações, não era tudo que as centrais sindicais próximas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva queriam. Duas delas veem os dois meses de salário-mínimo como “alívio”, mas acreditam que será preciso prorrogação para segmentos mais afetados ou empresas com mais danos e demora em retornar à atividade.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-RS), uma das bases de apoio ao governo Lula, Amarildo Cenci, rea-

giu sem surpresa a críticas de que as medidas são insuficientes. Cenci lembrou ainda que as centrais pediram três meses, mas vieram dois meses de salá-

rio. “Vai ter reclamação de que é pouco. Defendo que o terceiro mês seja pago pelo Estado. Temos de avançar, sim, e o programa não vai resolver a vida

de quem sofreu impactos. Todos perdem um pouco”.

Cenci lembrou que a MP foi efeito da mobilização de trabalhadores e setores empresariais. “É suficiente? Com certeza, não, mas assegura dois meses a 480 mil empregados”, pondera o sindicalista, que antevê a necessidade de prorrogar benefício para segmentos com mais dificuldades.

“Terá de ter prorrogação à frente. Mas os dois meses dá segurança em problemas principais para parte das empresas e serviços. É um tempo razoável para ver as necessidades para frente”, acredita o dirigente. Cenci opina que os casos de perda total ou com maiores dificuldades precisarão de mais ações. “Os setores gravemente atingi-

dos, não só diretamente, mas por sofrer as consequências, podemos avançar depois”, defende o presidente da CUT-RS.

Guiomar Vidor, presidente da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB-RS), avalia que o programa é um avanço importante, mas ainda “é insuficiente para enfrentar a gravidade da crise”. “Não resolve o problema no médio e longo prazo para quem teve danos maiores e que vai demorar quatro a cinco meses para retomar”, pondera Vidor, indicando que o valor do Auxílio Emergencial é “muito baixo frente à média salarial gaúcha”. A entidade, seguindo o que a CUT-RS propõe, quer que o Estado complemente R\$ 600,00, para atingir mínimo de R\$ 2 mil.



Uma sugestão é que um terceiro mês de salário seja pago pelo Estado